

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NO PERÍODO ENTRE 2012-2022¹

Lauro Mattei²

Samya Campana³

Kauê Soares Alexandre⁴

Bonifácio Packer⁵

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a evolução da pobreza no Brasil e em Santa Catarina no período entre 2012-2022, com atenção especial para o período entre 2020-2022 quando ocorreu a pandemia da Covid-19. Teoricamente partiu-se da definição de pobreza monetária, com base nas definições disseminadas pelo Banco Mundial. Para tanto, utilizou-se a renda domiciliar per capita média para mensurar a quantidade de pessoas que se encontravam na condição de pobreza e de extrema pobreza, tanto no Brasil como em Santa Catarina. Como resultados gerais, observou-se que durante a pandemia a pobreza atingiu seu ápice, particularmente no ano de 2021. Nesse período, 77,9 milhões de pessoas no Brasil foram classificadas como pobres, enquanto 19,1 milhões foram consideradas como extremamente pobres. Já em Santa Catarina, no mesmo período, 1,08 milhões de pessoas foram consideradas como pobres e 174,2 mil pessoas foram classificadas como extremamente pobres. Portanto, nas duas dimensões geográficas (Brasil e Santa Catarina) a pobreza atingiu seus maiores quantitativos durante a pandemia, com destaque para o ano de 2021.

Palavras-chave: pobreza, pandemia, Brasil, Santa Catarina.

ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF MONETARY POVERTY IN BRAZIL AND SANTA CATARINA IN THE PERIOD BETWEEN 2012-2022

Abstract: The aim of this paper is to analyze the poverty evolution in Brazil and Santa Catarina State between 2012-2022, with special attention to the period 2020-2022 when Covid-19 pandemic happened in the country. In theoretical terms we used the definition that comes from World Bank and was disseminated like monetary poverty. For this intention we used the average income per capita to measure the quantity of the people

¹ Esse estudo faz parte das atividades do projeto de pesquisa contemplado pelo Edital 03/2022 da FAPESC, cujo objetivo central é a elaboração de estudos e pesquisas voltadas à superação dos desafios sociais em SC, parte deles elencados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que compõem a Agenda 2030 cujo foco é acabar com a pobreza e garantir o bem-estar social de todos. Dentre esses objetivos, destacam-se o 1º objetivo que consiste na erradicação da pobreza extrema até 2030, com geração de emprego e renda para as pessoas; o 2º objetivo que propõe acabar com a fome até 2030, garantindo o acesso a todos a uma alimentação saudável; o 8º objetivo que consiste na busca do pleno emprego e no trabalho decente para todos os homens e mulheres, inclusive com redução do desemprego dos jovens; e o 10º objetivo que consiste na redução das desigualdades sociais.

² Professor dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas e de Pós-Graduação em Administração, ambos na UFSC. Coordenador do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT-UFSC). Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br.

³ Pesquisadora do NECAT/UFSC, Economista (UFSC), Msc. em Economia (UFSC) e Dra. em Educação (UFSC).

⁴ Bolsista do NECAT/UFSC, estudante de Ciências Econômicas, UFSC.

⁵ Bolsista do NECAT/UFSC, estudante de Ciências Econômicas, UFSC.

that under condition of poverty and extreme poverty. The main results show in both of cases that the top of poverty was reached in 2021. In this time, 77,9 million of people in Brazil were classified like poor, and 19,1 million were classified like extremely poor. In the same period in Santa Catarina State this number was 1,08 million of people and 174,2 thousand, respectively. Therefore, in both dimensions (Brazil and Santa Catarina State) the poverty level was more expressive during the pandemic period, particularly in 2021.

Keywords: poverty, pandemic, Brazil, Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é expor a situação da pobreza em Santa Catarina, qualificando esse fenômeno social previamente ao início da pandemia e após a incidência da mesma, para entender se o contexto dramático observado, em nível de Brasil, também se fez presente e/ou se ampliou no Estado após 2020. Essa proposta está acompanhada do uso do conceito de pobreza monetária e de sua mensuração a partir das linhas de pobreza e de extrema pobreza calculadas pelo Banco Mundial, bem como da análise da evolução do rendimento, estratificada por sexo e cor, considerando-se que esses também são fatores que afetam as condições de vida e de desigualdade de uma população.

Frequentemente o tema da pobreza é apresentado em Santa Catarina como “quase-resolvido”. Tal narrativa se assenta em dados e informações que mostram que nesta unidade federativa encontra-se a menor proporção de pobreza e de pobreza extrema do país: em 2022 apenas 12,8% dos catarinenses eram considerados pobres, enquanto somente 1,8% da população total se enquadrava como extremamente pobre. Por outro lado, o rendimento domiciliar médio de R\$ 1.958,00 era muito superior na comparação com o país (R\$1.586,00).

Essas informações alimentam o imaginário popular de que Santa Catarina é um estado desenvolvido, ao mesmo tempo em que criam visões preconceituosas em relação a outras unidades federativas com índices de pobreza mais elevados. Todavia, qualquer análise mais detalhada dos dados e informações sobre pobreza e rendimento familiar no estado de Santa Catarina evidencia uma situação que não condiz inteiramente com essa noção que se propaga e populariza, uma vez que as desigualdades sociais existentes em nível de Brasil também são encontradas em SC, ainda que em menores proporções.

Por isso, é pertinente registrar que segue sendo necessário superar os desafios sociais elencados nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que compõem a Agenda 2030, cujo foco é acabar

com a pobreza e garantir o bem-estar social de todos, nas diversas dimensões da vida. Assim, registre-se que dentre os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, destacam-se: o 1º objetivo, que consiste na erradicação da pobreza extrema até 2030, com geração de emprego e renda para as pessoas; o 2º objetivo, que se propõe a acabar com a fome até 2030, garantindo o acesso a todos a uma alimentação saudável; o 8º objetivo, que consiste na busca do pleno emprego e no trabalho decente para todos os homens e mulheres, inclusive com redução do desemprego dos jovens; e por fim o 10º objetivo, que consiste na redução das desigualdades sociais.

Diante desse cenário, é imperioso questionar: ainda que Santa Catarina apresente as menores taxas de pobreza do país, será que elas não seriam superiores ao razoável, considerando-se que sua população representa apenas 3,75% da população total do país, além de que seu PIB figura frequentemente entre os primeiros do país? O que se pode afirmar acerca do comportamento dos níveis de pobreza e dos rendimentos no estado no período considerado, tanto em termos conjunturais como estruturais?

Por outro lado, é importante considerar, ainda, a análise do nível de rendimento da população, uma vez que grande parte da expansão da pobreza no Brasil, e também em Santa Catarina, está relacionada à redução da renda ocasionada pelo aumento do desemprego, pelo aumento da própria concentração de rendimento em poucos estratos sociais e pela persistência de insuficiências estruturais do sistema de seguridade social brasileiro (Barbosa, Souza, Soares, 2020, Neri, 2020).

A metodologia adotada se assentou na coleta e análise de dados secundários, cuja finalidade é auxiliar na compreensão do fenômeno relacionado aos objetivos estabelecidos pelo projeto de pesquisa do qual esse estudo faz parte. A análise dos dados do IBGE sobre pobreza e rendimento, tanto para o Brasil como Santa Catarina, procurou desvelar a evolução de ambos os temas para o período de 2012 a 2022. Para tanto, foram utilizados duas bases estatísticas: os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, de periodicidade anual, com exceção dos anos de Censo, e as informações constantes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNADs Contínuas), também elaborada pelo IBGE e que possui periodicidade mensal, trimestral e anual. Inicialmente foram construídas séries temporais sobre as diferentes linhas de pobreza monetária do Banco Mundial, assim como sobre o rendimento médio per capita no recorte de sexo e cor, procedimentos que permitem analisar a evolução da pobreza e das desigualdades de

rendimento. Para todos os indicadores foram evidenciados os valores absolutos e calculadas as respectivas taxas de variação, as quais são essenciais para indicar possíveis tendências de cada indicador específico. No caso da pobreza, também foram definidas as linhas de pobreza com base nos parâmetros utilizados no âmbito do país.

Além dessa breve introdução, o artigo está organizado em quatro seções. Na primeira delas é feita uma rápida síntese da evolução dos conceitos de pobreza e de pobreza monetária, enquanto na segunda seção apresenta-se o comportamento do rendimento domiciliar médio per capita no Brasil e em Santa Catarina entre 2012 e 2022. Na terceira seção discute-se a evolução da pobreza monetária no Brasil e em Santa Catarina antes e durante a pandemia. A quarta seção apresenta as conclusões gerais do estudo, destacando-se a temática da pobreza associada à expansão da pandemia.

1. BREVES NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE POBREZA E DE POBREZA MONETÁRIA

As concepções sobre pobreza evoluíram ao longo do tempo como resultado de uma série de causalidades históricas, culturais e sociais que ocorreram, principalmente, no mundo ocidental. No início a pobreza foi discutida como sendo relacionada à subsistência física e ao gasto energético das pessoas nas atividades diárias. Decorre daí o surgimento da concepção da pobreza como déficit calórico, fato que moveu grande interesse por parte dos nutricionistas europeus e estadunidenses na primeira etapa da determinação científica do conceito de pobreza (Lima, 2005). A principal crítica a essa definição, conforme Townsend (1993), é que as necessidades humanas básicas não são somente físico-alimentares, mas são essencialmente sociais.

Na década de 1950, uma nova concepção despontada referendada, principalmente, nas ideias do que é ser pobre ou estar pobre no processo de desenvolvimento dos países. Com isso, vem a lume o conceito de pobreza como privação de necessidades básicas, momento em que a discussão deixa de estar focada apenas no gasto calórico. Neste caso, os debates são ampliados para uma cesta de bens e serviços, admitindo-se a existência de certos serviços sociais ou coletivos que não dependem, essencialmente, da fome ou da desnutrição para a determinar a condição objetiva do “pobre”.

Segundo Mattei (2021), esta definição é uma extensão da concepção de subsistência, porque adiciona ao debate, além da sobrevivência física, o tema dos serviços essenciais às comunidades locais, no sentido de estabelecer regras e condições para as políticas voltadas à promoção do desenvolvimento. Já para Lima (2005), o conceito de necessidades básicas se apresenta como uma extensão do conceito de pobreza como subsistência, já que enfatiza os recursos mínimos requeridos pelas pessoas numa totalidade maior e inclusive social, e não apenas necessidades de sobrevivência física de indivíduos e famílias.

Posteriormente, surge a concepção de pobreza relativa, lastreada no conceito de pobreza como privação relativa, onde ser pobre é ser pobre com relação ao resto da sociedade e de seu tempo, não inteiramente em termos absolutos ou objetivos, para todos os tempos e sociedades.

Na atualidade, o debate sobre pobreza e suas formas de mensuração abrange duas abordagens. Por um lado, tem-se a abordagem monetária, desenvolvida pelo Banco Mundial e que utiliza linhas de pobreza que decorrem exclusivamente do nível de rendimento das pessoas. Por outro, existe a abordagem multidimensional, adotada pela ONU, que considera a pobreza como um fenômeno multidimensional e que destaca o fato de que o acesso aos bens e serviços é resultado de diversos fatores sociais, políticos, econômicos e legais (Campana, Alexandre e Packer, 2023, Mattei, 2013)⁶.

Neste artigo adotamos a abordagem monetária da pobreza, não obstante as inúmeras críticas que apontam sua falta de consistência, por consideramos que ela possui relevância não somente ao chamar a atenção da comunidade internacional para o problema, mas por ser difundida em termos internacionais e utilizada para definir políticas de enfrentamento da pobreza em dezenas de países (Mattei, 2013). Tal abordagem serve de referência para medir o progresso em relação às metas globais estabelecidas pelos organismos multilaterais de desenvolvimento, além do fato dessas linhas estarem sendo

⁶ A metodologia multidimensional, em grande parte, está assentada no pensamento do economista indiano Amartya Sen, que desenvolveu a doutrina do *capability approach*, além dos esforços da OPHI - *Oxford Poverty & Human Development Initiative*, fundado em 2007 por Sabina Alkire e John Hammock. Para Sen, “não é possível padronizar a pobreza através da medição de patamares de ‘renda’ ou, ainda, de ‘necessidades’, visto que estas são variáveis, específicas e existem diferenças entre as ‘capacidades’ das pessoas para transformar a renda em ‘funcionamentos’; dessa forma, Sen questiona a noção de que certa quantidade de bens “essenciais” ou de renda possa avaliar por inteiramente o bem-estar [e pobreza] das pessoas” (Lima, 2005).

utilizadas para o monitoramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por outro lado, a facilidade de acesso a dados da renda, por parte da equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT), justificaram nesse momento a escolha de análise sobre a pobreza em Santa Catarina considerando apenas os aspectos monetários.

Registre-se que foi a partir dos anos de 1980 que essa compreensão de pobreza, utilizando-se de uma métrica monetária (renda), começou a tecer caminhos técnicos e avanços significativos, tendo por horizonte efetuar uma comparação entre países, regiões e sociedades, levando a exames, críticas e debates, dados pelos conjuntos de critérios adotados por órgãos internacionais e institutos de pesquisa (Campana, Alexandre e Packer, 2023). Esse processo culminou na publicação, pelo Banco Mundial, do Relatório de Desenvolvimento Humano em 1990, momento em que foi apresentada, pela primeira vez, a metodologia do Dollar-a-Day (um dólar ao dia) per capita, representando o padrão mínimo internacional da pobreza, segundo o qual uma pessoa é considerada pobre em qualquer lugar do mundo (Mattei, 2013).

O método consiste em estabelecer o valor de uma cesta de alimentos e agregar a esta os custos com despesas não alimentares, calculadas como proporção dos gastos alimentares. A partir daí é feita uma atualização monetária e calculada a proporção de pessoas abaixo das linhas de renda, considerando que ela é um parâmetro homogêneo e a via de acesso majoritária ao bem-estar (Mattei, 2013, 2022). A metodologia do dollar-a-day foi sendo atualizada e aperfeiçoada, destacando-se que sua última atualização ocorreu em 2022, quando se passou a considerar a Paridade do Poder de Compra (PPC) para padrões de 2017. (IBGE, 2023).

Tal metodologia, considerada unidimensional, construiu as famosas “linhas de pobreza”, as quais acabaram se transformando no principal instrumento de debate sobre o problema da pobreza, considerando-se também as dificuldades para se definir indicadores para além da esfera da renda exclusivamente (Mattei, 2013), quais sejam: uma linha para medir a extrema pobreza (atualmente em US\$ 2,15 por dia) e duas linhas intermediárias de pobreza voltadas a países de renda média-baixa (US\$ 3,65) e média-alta (US\$ 6,85), já que a linha de extrema pobreza não se adequava aos padrões mais diversificados de consumo e rendimento desses países, especialmente os de renda média-

alta (IBGE, 2023). Deste modo, essas tipificações para mensurar a pobreza acabaram fortalecendo o termo “pobreza monetária”.

No caso do Brasil, para se medir a pobreza é usada como referência a linha de US\$ 6,85, considerando que os padrões de consumo são mais diversificados, o que está relacionado a uma maior variação em sua renda média, já que o país possui estruturas produtivas mais modernas e heterogêneas, segundo Banco Mundial. Já para se mensurar a extrema pobreza é utilizada a linha de US\$ 2,15 (IBGE, 2023).

Portanto, para se ter uma dimensão real da pobreza monetária, além das desigualdades a ela associada, é fundamental, em primeiro lugar, analisar o comportamento do rendimento domiciliar médio per capita, conforme será abordado na próxima seção.

2. O COMPORTAMENTO DO RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO PER CAPITA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA ENTRE 2012 E 2022

O nível dos rendimentos e de suas desigualdades é, reconhecidamente, um importante indicador para se analisar o aumento ou redução da quantidade de pessoas e famílias que se encontram em situação de pobreza em um determinado período. Além desse quesito agregado, também serão apresentados os rendimentos por sexo e por cor para se observar qualitativamente as distintas desigualdades, tanto no Brasil como em Santa Catarina.

Tendo esses pontos em mente, a presente seção apresentará os principais aspectos sobre a evolução do rendimento domiciliar médio per capita entre 2012 e 2022 para as duas dimensões geográficas. Para tanto, são utilizadas tabelas e gráficos construídos com valores absolutos e relativos sobre o rendimento, assim como o cruzamento deste por sexo e cor. Corroborando com esses indicadores, será apresentada, ainda, uma tabela estratificada por classes de rendimentos com base na proporção delas na renda total.

Segundo o IBGE (2023), para esse período, é importante considerar que:

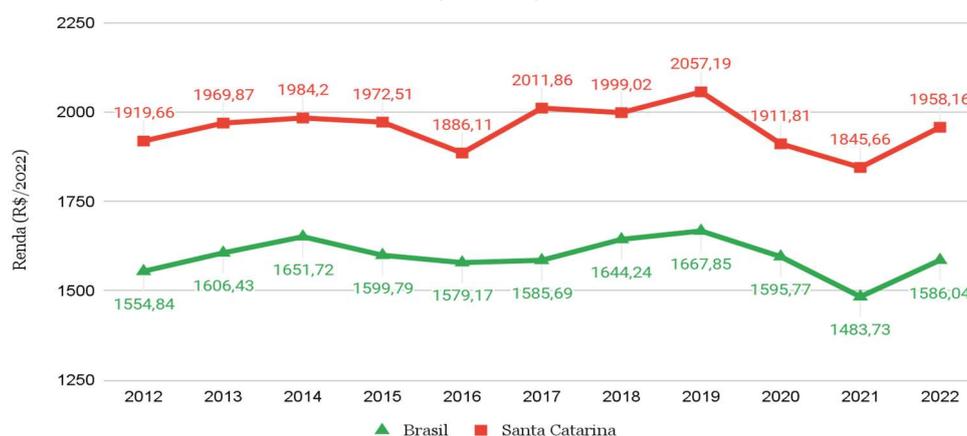
Após o aquecimento do mercado de trabalho nos primeiros quatro anos da década passada, a economia brasileira experimentou períodos de instabilidade e crises. Houve desaceleração e queda da renda agregada no biênio 2015-2016, tênue recuperação nos anos seguintes até 2019 e, em um contexto economicamente ainda aquém das condições favoráveis que vigoravam em 2014, ocorreu, em 2020, o que veio a se tornar a maior crise sanitária mundial

dos últimos anos. A pandemia de COVID-19 trouxe consequências danosas à saúde da população e à economia dos países, acarretando queda da renda e destruição de postos de trabalho, que, no Brasil, atingiram recordes históricos em 2020. No ano seguinte, a economia iniciou uma recuperação a partir do combate mais efetivo à pandemia e da adaptação das atividades produtivas à situação enfrentada desde o início de 2020. Somente em 2022, o processo de recuperação pós-pandemia veio a se consolidar e a refletir efetivamente na geração de postos de trabalho (IBGE, 2023, p.13).

O Gráfico 1 apresenta a evolução do rendimento domiciliar médio per capita deflacionado para o ano de 2022, tanto para o Brasil como Santa Catarina ao longo da série considerada. No ano inicial da série observa-se que o valor de SC (R\$ 1.919,66) era 19% superior ao valor do conjunto do país (R\$1.554,84). Já no ano final da série esse diferencial percentual se manteve no patamar em ambos os casos, sendo que o aumento da massa de rendimento ao longo de todo o período em cada uma das dimensões territoriais consideradas também foi literalmente idêntico, ou seja, 2%.

Todavia, quando se considera o ano anterior ao início da pandemia (2019), observa-se que em ambos os casos se atingiu o pico máximo, sendo que tanto em SC como no Brasil o rendimento médio em 2019 foi 7% acima ao rendimento do ano inicial da série. Os dois primeiros anos da pandemia (2020 e 2021) retraíram o rendimento médio em ambos os casos, sendo que em SC essa retração foi de 10,3% enquanto no Brasil foi de 11,4%. Mesmo com a reação observada no ano de 2022, nota-se que o rendimento médio de SC se situava 4,8% abaixo do pico registrado em 2019, enquanto o do Brasil estava 5% abaixo do registrado em 2019.

Gráfico 1- Rendimento Domiciliar Médio *per capita*, Brasil e Santa Catarina entre 2012 e 2022

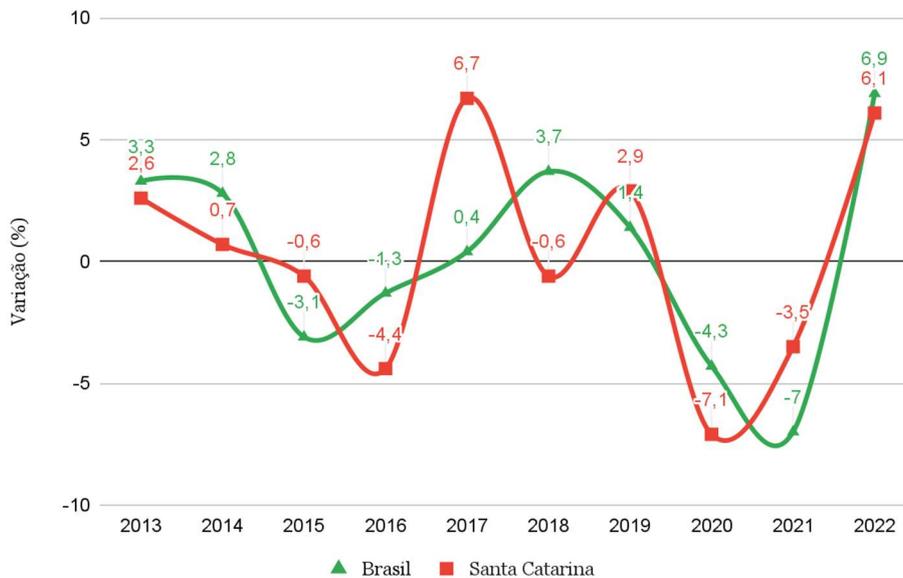


Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

O Gráfico 2 apresenta os percentuais de variação anual do rendimento domiciliar médio per capita nas duas dimensões consideradas. Ao longo de todo o período analisado, verificam-se três momentos distintos dessas variações. No primeiro deles, observa-se que durante a crise econômica de 2015-2016 o comportamento do indicador foi distinto, sendo que em SC foi menos expressivo no primeiro ano (2015) e teve uma variação bem mais intensa no segundo ano (2016), enquanto no Brasil a situação foi exatamente o contrário. Neste período ainda merece destaque a forte retração observada no caso de SC no ano de 2018, comportamento muito distinto do verificado no conjunto do país. No segundo momento (dois primeiros anos da pandemia) nota-se que a retração da variação em Santa Catarina foi bem mais intensa em 2020, porém com menor intensidade em 2021, sendo novamente verificado o inverso no caso do Brasil para o mesmo período. Finalmente, no ano da recuperação (2022) nota-se que a variação percentual da recuperação foi praticamente idêntica nos dois casos.

Gráfico 2 - Variação Anual do Rendimento Domiciliar Médio *per capita*, Brasil e Santa Catarina entre 2012 e 2022



Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

A Tabela 1 apresenta a evolução do rendimento domiciliar médio *per capita* entre 2012 e 2022, segundo o sexo. No caso do Brasil, verifica-se que no início da série (2012) os homens tinham um rendimento médio 1,5% acima do rendimento médio geral, ao passo que as mulheres tinham um rendimento médio 1,5% abaixo da média nacional. Já em 2019, quando o rendimento domiciliar médio *per capita* atingiu seu ápice, os homens mantiveram um rendimento domiciliar médio de 1,4% acima da média nacional, enquanto as mulheres tiveram um rendimento domiciliar médio 1,3% do rendimento domiciliar médio do país. Finalmente, no ano de 2022, quando o rendimento domiciliar médio se recuperou as diferenças acabaram se alterando, tanto positivamente como negativamente. Assim, os homens tiveram um aumento de 2,2% acima da média nacional, enquanto as mulheres tiveram uma redução de 2,3%, o que indica a continuidade de um processo de diferenciação de rendimento entre homens e mulheres.

Tabela 1 - Rendimento Domiciliar Médio (R\$) *per capita* no Brasil e Santa Catarina entre 2012 e 2022, segundo o sexo das pessoas

| Período | Brasil | | | Santa Catarina | | |
|---------|--------|-------|--------|----------------|-------|--------|
| | Total | Homem | Mulher | Total | Homem | Mulher |
| 2012 | 1.555 | 1.576 | 1.534 | 1.920 | 1.949 | 1.891 |
| 2013 | 1.606 | 1.638 | 1.576 | 1.970 | 1.995 | 1.945 |
| 2014 | 1.652 | 1.676 | 1.628 | 1.984 | 2.010 | 1.958 |
| 2015 | 1.600 | 1.622 | 1.578 | 1.973 | 1.991 | 1.955 |
| 2016 | 1.579 | 1.607 | 1.553 | 1.886 | 1.899 | 1.873 |
| 2017 | 1.586 | 1.613 | 1.560 | 2.012 | 2.045 | 1.979 |
| 2018 | 1.644 | 1.671 | 1.618 | 1.999 | 2.026 | 1.972 |
| 2019 | 1.668 | 1.690 | 1.647 | 2.057 | 2.104 | 2.011 |
| 2020 | 1.596 | 1.634 | 1.559 | 1.912 | 1.955 | 1.870 |
| 2021 | 1.484 | 1.527 | 1.442 | 1.846 | 1.910 | 1.781 |
| 2022 | 1.586 | 1.622 | 1.552 | 1.958 | 2.005 | 1.911 |
| Média | 1.956 | 1.625 | 1.568 | 1.596 | 1.988 | 1.923 |

Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

No caso de Santa Catarina, observa-se um comportamento muito semelhante ao verificado no âmbito nacional. Assim, no ano de 2012, enquanto os homens detinham um rendimento domiciliar médio per capita 1,5% acima do patamar estadual, as mulheres sofreram uma retração de 1,6% em relação ao valor estadual. Em 2019, quando o rendimento domiciliar médio per capita atingiu seu maior valor no estado, verifica-se que os homens detinham um rendimento domiciliar 2,3% acima do patamar estadual, ao mesmo tempo as mulheres se situavam num patamar 2,3% inferior ao valor estadual. Finalmente, em 2022 os homens ampliaram para 2,4% seu rendimento domiciliar médio em relação ao patamar estadual, ao mesmo tempo em que as mulheres reduziram em 2,5% seus rendimentos domiciliares médios em relação ao patamar estadual. Esses percentuais indicam que o diferencial de rendimento domiciliar médio entre homens e mulheres, além de elevado, tem se mostrado contínuo em Santa Catarina, inclusive superando em alguns períodos os percentuais registrados para o conjunto do país no mesmo quesito.

A Tabela 2 apresenta a evolução do rendimento domiciliar médio per capita entre 2012 e 2022, segundo a cor das pessoas. No caso do Brasil, observa-se uma elevada discriminação do rendimento médio per capita quando são cruzados os dados pelos diferentes grupos de cor ou raça. Da mesma forma que na tabela anterior, serão utilizados três períodos comparativos. No ano inicial da série (2012), as pessoas brancas detinham um rendimento domiciliar médio per capita 36% maior que o patamar nacional; 50% maior que as pessoas pardas e 47% maior que as pessoas de cor preta. Já as pessoas pardas detinham um rendimento 32% inferior ao patamar nacional e 6% inferior em relação às pessoas pretas. Finalmente, as pessoas de cor preta detinham um rendimento 32% inferior ao patamar nacional, porém 6% superior ao rendimento das pessoas pardas. Em 2019, quando o rendimento domiciliar médio per capita atingiu seu maior valor no país, verifica-se que essas disparidades aumentaram, uma vez que as pessoas brancas passaram a ter um rendimento 39% superior ao patamar nacional; 50% maior que o rendimento das pessoas pardas e 48% superior ao rendimento das pessoas pretas. No ano final da série (2022), as pessoas brancas tiveram um rendimento 34% superior ao patamar nacional; 45% maior que o rendimento das pessoas pardas e 45% superior ao rendimento das pessoas pretas. Mesmo que esses percentuais do último ano da série tenham decaído

ligeiramente em relação aos períodos anteriores, ainda assim é brutal a diferenciação de rendimento no país em função da cor ou raça das pessoas.

Tabela 2 - Rendimento domiciliar médio *per capita* (R\$) no Brasil e em Santa Catarina entre 2012 e 2022, segundo a cor ou raça das pessoas

| Período | Brasil | | | | Santa Catarina | | | |
|---------|--------|-------|-------|----------------|----------------|-------|-------|----------------|
| | Branca | Parda | Preta | Preta ou Parda | Branca | Parda | Preta | Preta ou Parda |
| 2012 | 2.112 | 1.051 | 1.115 | 1.060 | 2.021 | 1.271 | 1.308 | 1.278 |
| 2013 | 2.173 | 1.090 | 1.173 | 1.101 | 2.083 | 1.267 | 1.454 | 1.296 |
| 2014 | 2.229 | 1.130 | 1.205 | 1.140 | 2.066 | 1.384 | 1.481 | 1.403 |
| 2015 | 2.152 | 1.115 | 1.172 | 1.124 | 2.067 | 1.286 | 1.679 | 1.351 |
| 2016 | 2.188 | 1.069 | 1.131 | 1.079 | 2.000 | 1.228 | 1.656 | 1.295 |
| 2017 | 2.181 | 1.102 | 1.128 | 1.106 | 2.139 | 1.400 | 1.440 | 1.407 |
| 2018 | 2.273 | 1.149 | 1.185 | 1.155 | 2.121 | 1.504 | 1.612 | 1.520 |
| 2019 | 2.317 | 1.162 | 1.193 | 1.168 | 2.212 | 1.445 | 1.514 | 1.456 |
| 2020 | 2.180 | 1.135 | 1.162 | 1.139 | 2.006 | 1.433 | 1.517 | 1.446 |
| 2021 | 2.046 | 1.036 | 1.058 | 1.040 | 1.949 | 1.407 | 1.292 | 1.386 |
| 2022 | 2.118 | 1.155 | 1.197 | 1.163 | 2.094 | 1.428 | 1.488 | 1.437 |
| Média | 2.179 | 1.109 | 1.156 | 1.116 | 2.069 | 1.368 | 1.495 | 1.389 |
| | | | 1.127 | | | | 1.417 | |

Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

No caso de Santa Catarina, observa-se um comportamento um pouco semelhante ao verificado no âmbito nacional. Assim, as pessoas brancas detinham um rendimento domiciliar médio per capita 5,5% maior que o patamar estadual; 37% maior que as pessoas pardas e 35% maior que as pessoas de cor preta. Já as pessoas pardas detinham um rendimento 44% inferior ao patamar estadual e 3% inferior em relação às pessoas pretas. Finalmente, as pessoas de cor preta detinham um rendimento 32% inferior ao patamar estadual, porém 3% superior ao rendimento das pessoas pardas. Em 2019, quando o rendimento domiciliar médio per capita atingiu seu maior valor no estado, verifica-se que a continuidade dessas disparidades, uma vez que as pessoas brancas passaram a ter um rendimento 7,5% superior ao patamar estadual; 35% maior que o

rendimento das pessoas pardas e 32% superior ao rendimento das pessoas pretas. No ano final da série (2022), as pessoas brancas tiveram um rendimento 7% superior ao patamar estadual; 32% maior que o rendimento das pessoas pardas e 29% superior ao rendimento das pessoas pretas. Da mesma forma que no âmbito nacional, mesmo que esses percentuais do último ano da série tenham decaído em relação aos períodos anteriores, ainda assim a diferenciação de rendimento no estado em função da cor ou raça das pessoas continua expressiva.

A Tabela 3 apresenta a evolução da distribuição percentual do rendimento total em classes de rendimentos por décimos da população em Santa Catarina entre 2012 e 2022. No primeiro ano da série (2012), nota-se que o grupo com até 10% dos menores rendimentos detinha apenas 1,77% do rendimento domiciliar per capita total. Já o grupo entre 10 e 20% dos menores rendimentos detinha apenas 3,3% desse rendimento total. Em sentido oposto, o grupo entre 80 e 90% dos maiores rendimentos detinha 15,58%, enquanto o grupo com mais de 90% dos rendimentos detinha 33,92% do rendimento domiciliar per capita total.

No ano de 2022, o grupo com até 10% dos menores rendimentos detinha apenas 1,83% do rendimento domiciliar per capita total, enquanto o grupo entre 10 e 20% dos menores rendimentos detinha apenas 3,62% desse rendimento total. Observa-se que os décimos seguintes detiveram baixos percentuais desse rendimento total, exceto nos casos das classes de rendimento de mais de 80 até 90%, que deteve 15,41% do rendimento total e da classe acima de 90% que deteve 33,15% do rendimento domiciliar per capita total. Ou seja, os 10% com os maiores rendimentos se apropriaram de 32,71% do total desses rendimentos.

A condição dos habitantes de Santa Catarina que sobreviveram com os até 10% menores rendimentos apresenta uma média da série histórica de apropriação da renda total de 1,83%, tendo alcançado ínfimos 2,02% do total dos rendimentos em 2014 e retrocedido a 1,62% em 2021. Ora, no último décimo, ou seja, aqueles com os 10% maiores rendimentos detiveram, na média da série histórica, 32,72% do total dos rendimentos, quase 1/3, tendo seu pico em 2012 (33,92%) e seu mínimo em 2017 (31,92%).

Tabela 3 - Distribuição % do Rendimento Total em classes de rendimento domiciliar médio per capita por décimos da população, Santa Catarina de 2012 a 2022

| Anos | Classes de rendimento | | | | | | | | | |
|------|-----------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| | Até 10% | Mais de 10% a 20% | Mais de 20% até 30% | Mais de 30% até 40% | Mais de 40% até 50% | Mais de 50% até 60% | Mais de 60% até 70% | Mais de 70% até 80% | Mais de 80% até 90% | Mais de 90% |
| 2012 | 1,77 | 3,33 | 4,51 | 5,55 | 6,57 | 7,78 | 9,41 | 11,59 | 15,58 | 33,92 |
| 2013 | 1,93 | 3,42 | 4,57 | 5,74 | 6,67 | 7,87 | 9,29 | 11,39 | 15,27 | 33,84 |
| 2014 | 2,02 | 3,63 | 4,74 | 6 | 6,85 | 8,2 | 9,69 | 11,66 | 15,31 | 31,89 |
| 2015 | 1,94 | 3,6 | 4,73 | 5,8 | 6,79 | 7,94 | 9,69 | 11,76 | 15,56 | 32,2 |
| 2016 | 1,81 | 3,5 | 4,67 | 5,76 | 6,74 | 7,91 | 9,59 | 11,78 | 15,68 | 32,56 |
| 2017 | 1,8 | 3,5 | 4,82 | 5,93 | 6,86 | 8,11 | 9,61 | 11,7 | 15,75 | 31,92 |
| 2018 | 1,83 | 3,47 | 4,82 | 5,9 | 6,75 | 8,06 | 9,54 | 11,6 | 15,47 | 32,56 |
| 2019 | 1,85 | 3,52 | 4,73 | 5,73 | 6,73 | 8,03 | 9,45 | 11,51 | 15,45 | 32,98 |
| 2020 | 1,83 | 3,61 | 4,83 | 6,02 | 6,85 | 8,14 | 9,45 | 11,83 | 15,28 | 32,14 |
| 2021 | 1,62 | 3,49 | 4,75 | 5,93 | 6,71 | 7,94 | 9,5 | 11,49 | 15,41 | 33,15 |
| 2022 | 1,83 | 3,62 | 4,72 | 5,82 | 6,68 | 8 | 9,49 | 11,62 | 15,51 | 32,71 |

Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano relativo ao dado.

Considerando-se a soma de todas as classes de rendimento com até 60% dos menores rendimentos, verifica-se que eles se apropriaram, na média da série histórica, de 30,65% do total dos rendimentos, sendo que a menor apropriação da série ocorreu em 2012 (29,51%) e a maior em 2014 (31,4%). Isso quer dizer que as classes com os 10% maiores rendimentos se apropriaram do equivalente ao apropriado pelas classes com até 60% dos menores rendimentos.

Durante a pandemia, os efeitos deletérios da mesma em relação à renda foram explicitados com maior intensidade no ano de 2021, quando o percentual da renda total apropriado por parte das classes com os 10% maiores rendimentos foi alçado para 33,15%, fato que culminou no aprofundamento da tendência de expansão da concentração de renda durante a crise sanitária. Em grande medida, esse comportamento revela que as dificuldades para se defender dos impactos da pandemia foram muito maiores nas camadas populacionais situadas nas classes de renda inferiores.

3. A POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

3.1 A POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL

A Tabela 4 apresenta o valor monetário das linhas de pobreza e de extrema pobreza e as respectivas proporções de pessoas nessa situação em relação à população total do país entre 2012 e 2022. Tais informações permitem observar os avanços e recrudescimentos desse problema social no âmbito geral da nação. Inicialmente observa-se que a proporção de brasileiros em situação de pobreza monetária, isto é, a proporção daqueles que viviam em termos médios com menos de R\$ 480 mensais de rendimento domiciliar per capita, oscilou ao redor de uma média de 32,9% da população total ou 67,8 milhões de pessoas, reduzindo em -3,1 p.p. Em termos absolutos, verifica-se também que houve uma redução de -1,26% de brasileiros pobres monetariamente. Já a proporção dos brasileiros em situação de extrema pobreza monetária, ou seja, que viviam em média com menos de R\$ 151 de rendimento mensal domiciliar per capita, oscilou em torno da média de 6,6%, que em termos absolutos representava 13,6 milhões de pessoas. Em termos absolutos, verifica-se também que houve uma redução de -3,61% de brasileiros extremamente pobres monetariamente. Logo, mais brasileiros saíram da pobreza monetária do que da extrema pobreza monetária, embora a velocidade de redução da segunda fosse maior do que a primeira.

Tabela 4 - Proporção de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil entre 2012 e 2022, segundo as linhas de pobreza do Banco Mundial

| Período | Total (1 000 pessoas) | Valor da linha mensal referente a US\$ 2,15 PPC 2017 (R\$) | Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per</i> <i>capita</i> menor que US\$ 2,15 PPC 2017 (%) | Valor da linha mensal referente a US\$ 6,85 PPC 2017 (R\$) | Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per</i> <i>capita</i> menor que US\$ 6,85 PPC 2017 (%) |
|---------|-----------------------------|--|---|--|---|
| 2012 | 197 539 | 110 | 6,6 | 350 | 34,7 |
| 2013 | 199 254 | 117 | 5,8 | 372 | 32,4 |
| 2014 | 200 971 | 124 | 5,2 | 395 | 30,8 |
| 2015 | 202 735 | 135 | 5,6 | 430 | 31,6 |
| 2016 | 204 415 | 147 | 6,7 | 469 | 33,7 |
| 2017 | 206 095 | 152 | 7,3 | 485 | 33,7 |
| 2018 | 207 750 | 157 | 7,4 | 502 | 33,3 |
| 2019 | 209 419 | 163 | 7,3 | 520 | 32,5 |
| 2020 | 211 021 | 169 | 6,0 | 537 | 31,0 |
| 2021 | 212 577 | 183 | 9,0 | 582 | 36,7 |
| 2022 | 214 106 | 200 | 5,9 | 636 | 31,6 |

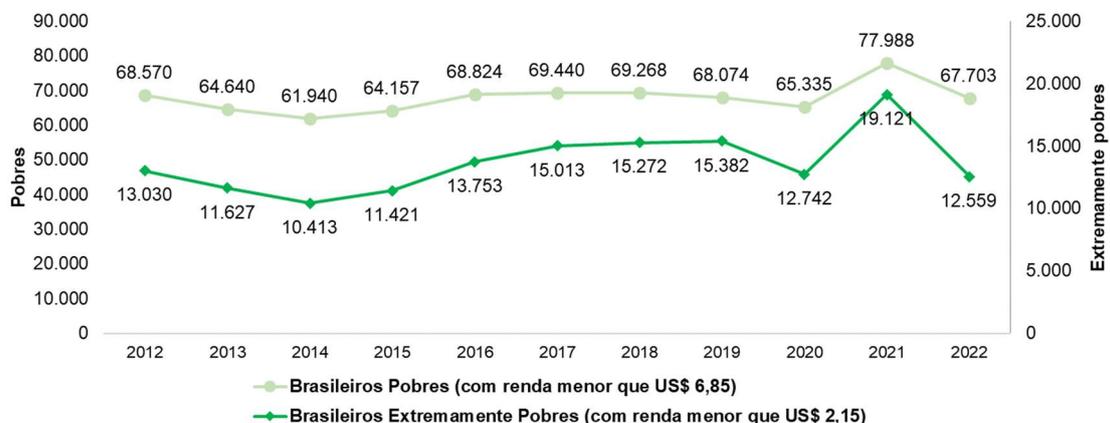
Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

Essas mesmas informações são expostas pelo Gráfico 3. Do ponto de vista do montante das pessoas pobres, nota-se que o patamar é praticamente idêntico ao longo de toda a série, exceto no período mais agudo da pandemia (2021). No início da série (2012) foram contabilizados 68 milhões de pobres no país. Esse montante vinha sofrendo pequenas alterações até o início da pandemia em 2020. No ano seguinte apresentou um crescimento expressivo e ao final da série voltou a um patamar quase que idêntico ao verificado em 2012.

Situação muito semelhante pode ser observada no caso da proporção das pessoas extremamente pobres. No início da série (2012) o montante de pessoas nesta condição apresentou, inclusive, uma tendência de queda até 2014, sendo que o patamar do início da série foi retomado em 2016, o qual se manteve inalterado até o início da pandemia. Após a expansão da doença ocorreu um enorme salto do montante de pessoas extremamente pobres, especialmente no ano de 2021.

Gráfico 3 - Número de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil entre 2012 e 2022 (1000 pessoas), segundo as linhas de pobreza do Banco Mundial



Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

3.2 – A POBREZA MONETÁRIA EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, no mesmo período, o cenário foi um pouco diferente. A proporção de pessoas pobres monetariamente, ou seja, daquelas que como no Brasil

também viviam com menos de R\$ 480 mensais de rendimento domiciliar per capita, oscilou ao redor de uma média de 13,1% da população total, o que correspondia a 914,3 mil pessoas, reduzindo em -2,2 p.p. Em termos absolutos, verifica-se também que houve uma redução de -3,11% de pessoas pobres monetariamente. Já a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza monetária, ou seja, que viviam em média, também como no Brasil, com menos de R\$ 151 de rendimento mensal domiciliar per capita, oscilou em torno da média de 1,6%, correspondendo a 111,6 mil pessoas. Em termos absolutos, verifica-se também que houve um aumento de 30,13% de pessoas extremamente pobres monetariamente. Esses dados chamam a atenção por revelar que a redução da participação de pessoas pobres monetariamente no Estado esconde o fato de que caíram na extrema pobreza monetária, pois este grupo - que está dentro do grupo de pobres - cresceu mais rapidamente (+30,13%), inclusive do que a população total (13,70%), portanto, aumentando sua participação de 1,5% para 1,8%.

Na comparação com o Brasil, nota-se que em Santa Catarina a redução da proporção de pessoas pobres monetariamente foi menor (-3,1 p.p no país contra -2,2 p.p. no Estado), embora a velocidade da redução fosse maior (-1,26% no país contra -3,11%). No entanto, com relação à redução da extrema pobreza monetária, o estado apresentou aumento desse indicador, tanto em termos absolutos quanto relativos, enquanto no país foi registrada uma redução.

Essas mesmas informações são expostas pelo Gráfico 4. Do ponto de vista do montante das pessoas pobres, nota-se que o patamar registrado no início da série (2012) foi decaindo até 2014, porém voltou a crescer entre 2015 e 2016, provavelmente em função da crise econômica do país, cujos efeitos também se fizeram presentes em SC. A partir de então ocorreu um novo recuo nos três anos seguintes (2017-2019), seguido por uma grande expansão a partir do início da pandemia, sobretudo nos anos de 2020 e 2021, quando o patamar ultrapassou a marca de 1 milhão de pessoas nessa condição. Finalmente, em 2022 o montante de pobres caiu para um patamar ligeiramente inferior ao verificado no início da série considerada.

Tabela 5 - Proporção de pessoas pobres e extremamente pobres em SC entre 2012 e 2022, segundo as linhas de pobreza do Banco Mundial

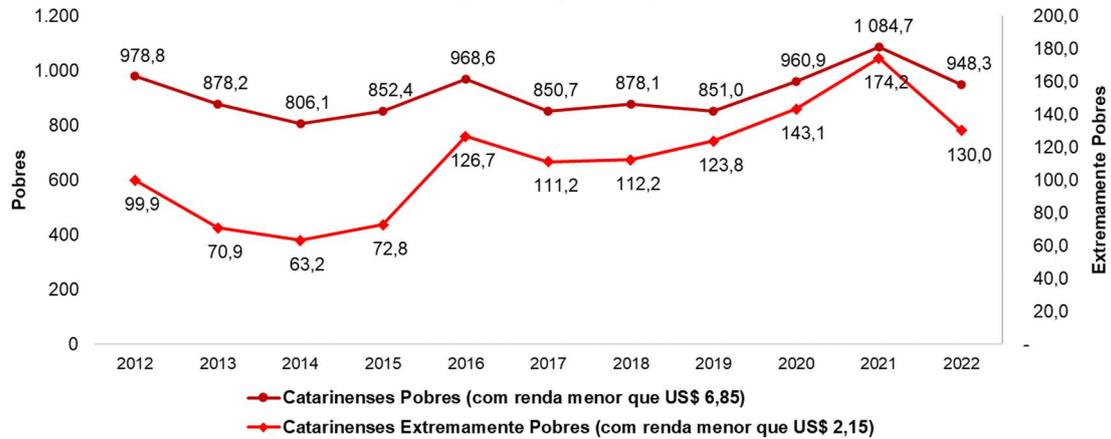
| Período | Total (1 000 pessoas) | Valor da linha mensal referente a US\$ 2,15 PPC 2017 (R\$) | Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> menor que US\$ 2,15 PPC 2017 (%) | Valor da linha mensal referente a US\$ 6,85 PPC 2017 (R\$) | Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> menor que US\$ 6,85 PPC 2017 (%) |
|---------|-----------------------------|--|---|---|---|
| 2012 | 6 517 | 109 | 1,5 | 348 | 15,0 |
| 2013 | 6 606 | 116 | 1,1 | 369 | 13,3 |
| 2014 | 6 696 | 123 | 0,9 | 393 | 12,0 |
| 2015 | 6 787 | 136 | 1,1 | 432 | 12,6 |
| 2016 | 6 879 | 148 | 1,8 | 471 | 14,1 |
| 2017 | 6 971 | 152 | 1,6 | 485 | 12,2 |
| 2018 | 7 062 | 158 | 1,6 | 504 | 12,4 |
| 2019 | 7 151 | 164 | 1,7 | 522 | 11,9 |
| 2020 | 7 239 | 168 | 2,0 | 536 | 13,3 |
| 2021 | 7 323 | 184 | 2,4 | 586 | 14,8 |
| 2022 | 7 410 | 201 | 1,8 | 639 | 12,8 |

Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

Com relação ao montante de pessoas extremamente pobres, o cenário é um pouco diferente, uma vez que no início da série (2012) o montante de pessoas nesta condição era de 99 mil pessoas, inclusive apresentando reduções até 2015. Todavia o patamar registrado em 2016 já era superior ao verificado no início da série, o qual sofreu pequenas alterações nos dois anos seguintes, destacando-se que antes mesmo do início da pandemia (2019) o número de pessoas extremamente pobres já tinha superado em muito o patamar inicial (2012), o que significa dizer que a extrema pobreza em SC já vinha se expandindo antes mesmo da pandemia. Todavia, depois de instalada a pandemia, registrou-se uma explosão da extrema pobreza no estado, sendo que o auge foi atingido em 2021, quando 174,4 mil pessoas passaram à condição de extrema pobreza. Tal cenário sofreu uma pequena inversão no ano de 2022, porém o patamar registrado nesse ano atingiu 130 mil pessoas. Isso significa que a quantidade de pessoas na condição de extrema pobreza em Santa Catarina ainda pode ser considerada elevada diante dos patamares registrados no início da série considerada.

Gráfico 4 - Número de pessoas pobres e extremamente pobres em SC, de acordo com o rendimento domiciliar *per capita* médio, segundo linhas do Banco Mundial 2012 a 2022 (x1000 pessoas)



Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

3.3 – A POBREZA MONETÁRIA DURANTE A PANDEMIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Esse item analisa a evolução da taxa de variação anual da pobreza monetária no período entre 2019 e 2022, tanto para Brasil quanto Santa Catarina, com base nos dados e informações sistematizados nos itens anteriores e correlacionando as variações percentuais dos rendimentos com as mesmas variações das duas dimensões da pobreza monetária (pobre e extrema pobreza).

No âmbito nacional (Gráfico 5) a pobreza monetária atingiu seu ápice durante a pandemia, precisamente no ano de 2021, quando as linhas detectaram um total de 77,9 milhões de pobres (com menos de US\$ 6,85) e 19,1 milhões de pessoas extremamente pobres (com menos de US\$ 2,15). Em relação ao período prévio da pandemia (2019), isso significou uma taxa de acréscimo de 14,56% e 24,30%, respectivamente, indicando uma velocidade maior de pessoas que adentraram a condição de extrema pobreza monetária. Em termos relativos à população total, isso significou uma taxa de acréscimo de 4,2 p.p. da pobreza e de 1,7 p.p. da extrema pobreza. No entanto, cabe enfatizar que apesar da redução expressiva observada no biênio 2022/2021, o número absoluto de pobres no triênio 2022/2019 aumentou 3,61% enquanto o de extremamente pobres caiu -1,43%. Ou seja, a redução proporcional da pobreza (e extrema pobreza) em 2022 deveria ter sido

muito maior do que foi, visando superar não somente o quantitativo absoluto de pobres em 2019, mas o crescimento populacional no período de 2019 a 2022, que foi de 1,4%.

Uma das explicações plausíveis para que o ápice dos níveis de pobreza tenha sido alcançado em 2021 e não em 2020 pode estar relacionada aos efeitos do Programa de Auxílio Emergencial que teve início ainda no mês de abril de 2020, quando foram iniciados os pagamentos mensais de 5 parcelas de R\$ 600, seguidos posteriormente por pagamentos mensais de R\$ 300, totalizando R\$ 4.200,00 durante nove meses do referido ano. Já em 2021, apesar do programa continuar, o mesmo teve apenas sete parcelas, com valores baixos que variaram entre R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 375, de acordo com a composição familiar. Comparativamente ao ano de 2020, verifica-se que em 2021 os valores recebidos foram muito inferiores e a quantidade de pessoas atendidas foi fortemente reduzida. Esses aspectos, conjugados com uma conjuntura extremamente adversa em 2021 (forte expansão da pandemia, queda da renda advinda do trabalho e aumento do desemprego), possivelmente impactou diferenciadamente os níveis de pobreza entre 2020 e 2021.⁷

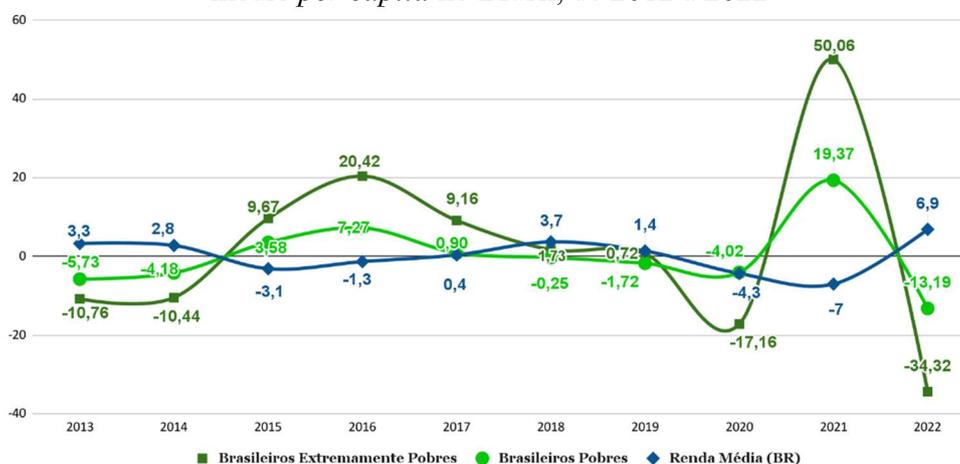
De fato, os dados, tanto para o Brasil como Santa Catarina, evidenciam que há um movimento predominantemente inverso entre a variação anual do rendimento domiciliar per capita médio e as variações anuais dos níveis de pobreza. Observa-se que, conforme a persistência e intensidade do aumento (ou da redução) dos rendimentos ao longo da série, os níveis de pobreza reduzem (ou aumentam) proporcionalmente.

Essas correlações indicam que quando as políticas assistenciais monetárias são reforçadas, como ocorreu em 2020, os efeitos da redução dos rendimentos e do desemprego são atenuados, especialmente para população mais vulnerável, em particular os extremamente pobres monetariamente, dado que a linha que representa essa população é a que manifesta a maior volatilidade em vários anos. Por outro lado, quando essas políticas são reduzidas, como ocorreu em 2021, agravam-se os níveis de pobreza.

⁷ Conforme informações do Relatório Final de Avaliação da CGU sobre os Auxílios em 2020 e 2021, publicado em 2022, foram pagos R\$ 294,4 bilhões em 2020 (sendo R\$ 231,4 bilhões de Auxílio Emergencial entre abril e agosto e R\$ 63 bilhões entre setembro a dezembro) para 125,5 milhões de beneficiários, ao passo que em 2021 foram pagos R\$ 59,5 bilhões (de abril a outubro) para 39,3 milhões de beneficiários, reduções nos valores pagos e número de beneficiários de, respectivamente, -79,78% e -68,68%. Esses dados foram obtidos em :<<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/auxilio-emergencial-1/auxilio-emergencial-2021>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

Em síntese, nos anos 2020 e 2021 no Brasil as variações da renda de -4,3% e -7%, respectivamente, estão associadas à uma variação anual da pobreza monetária de -17,16% e +50,06%, respectivamente, e à uma variação da extrema pobreza monetária de -4,02% e +19,37%, respectivamente. Em anos anteriores se observou que a volatilidade dos níveis de pobreza e das variações de rendimentos era menor, o que sugere a existência de correlações entre as políticas assistenciais monetárias com políticas econômicas que provocam variações no mercado de trabalho e nos níveis de renda.

Gráfico 5 - Taxa de variação anual (%) de pessoas pobres (com renda menor que US\$6,85) e extremamente pobres (com renda menor que US\$2,15) versus rendimento médio *per capita* no Brasil, de 2012 a 2022



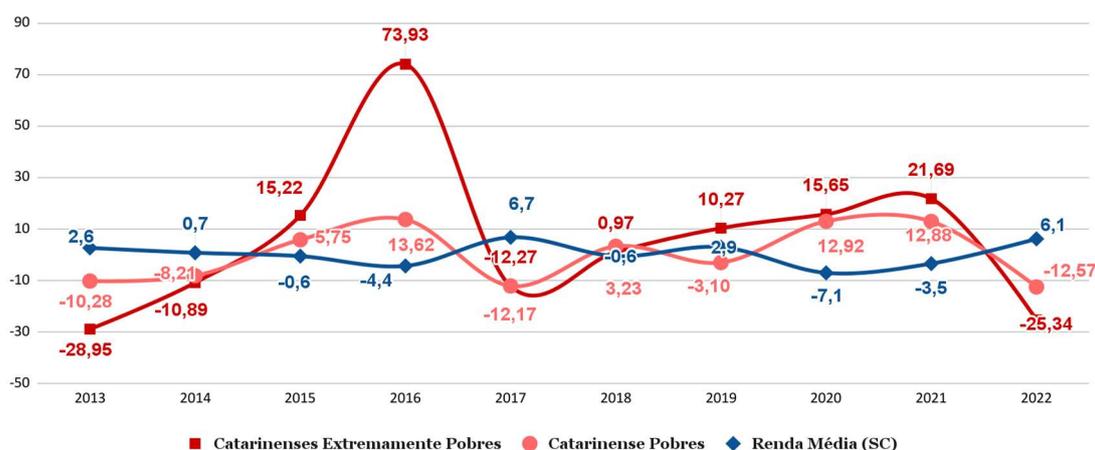
Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

O Gráfico 6 apresenta as mesmas correlações para o estado de Santa Catarina. Inicialmente nota-se que nesse estado seguiu-se a tendência nacional com agravamento da pobreza em 2021, podendo ser considerada a pior situação da pandemia, uma vez que 1,08 milhão de pessoas foram classificadas como vivendo na pobreza, sendo que destas 174,2 mil se enquadravam na condição de extrema pobreza. Em relação a 2019, isso significou um percentual de acréscimo de 27,46% e 39,09%, respectivamente, indicando uma velocidade maior de pessoas ingressando na condição de extrema pobreza monetária do que na pobreza. Adicionalmente registra-se que esses dois percentuais são superiores àqueles do conjunto do país. Em termos da população total, isso significou uma taxa de acréscimo de 2,9 p.p. da pobreza e de 0,7 p.p. da extrema pobreza. No entanto, cabe

ênfatar que apesar da redução expressiva observada no biênio 2022/2021, o número absoluto de pobres no triênio 2022/2019 aumentou em 11,43%, enquanto o de extremamente pobres subiu 5%. Ou seja, em Santa Catarina houve um aumento dos níveis de pobreza, destacando-se que a taxa de crescimento absoluta dos dois níveis de pobreza considerados foi mais do que o dobro do observado no Brasil.

Gráfico 6 - Taxa de variação anual (%) da quantidade de pessoas pobres (com renda menor que US\$6,85) e extremamente pobres (com renda menor que US\$2,15) versus rendimento médio *per capita* em Santa Catarina, de 2012 a 2022



Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

Em síntese, nos anos de pandemia de 2020 e 2021 em Santa Catarina, as variações da renda foram de -7,1% e -3,5%, respectivamente. No mesmo período ocorreu uma variação anual da pobreza monetária de +12,92% e +12,88, respectivamente, e uma variação da extrema pobreza monetária de +15,65% e +21,69%, respectivamente.

⁸ Em 2022, a pobreza monetária em Santa Catarina reduziu -2 p.p. em relação a 2021 (que foi o ano de ápice dos níveis de pobreza, com 14,8% ou 1.084,7 milhão de pessoas pobres), mas atingiu 12,8% da população (ou 948,3 mil pessoas), sendo a quinta proporção mais alta da série histórica. De outro lado, representou uma variação absoluta de +17,64% de pessoas nessa condição em relação a 2014, quando o total de catarinenses pobres foi o menor da série, com 806,1 mil pessoas pobres (ou 12%). Com relação à extrema pobreza, o resultado de 2022 totalizou 130 mil pessoas extremamente pobres monetariamente ou 1,8% da população, o que significou um aumento absoluto de +105,69% da quantidade de pessoas em relação a 2014, ano de menor quantidade de pessoas extremamente pobres monetariamente (com 63,2 mil pessoas ou 0,9% da população).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crença comum de que Santa Catarina não tem um nível de pobreza expressivo e/ou que não segue as tendências nacionais perde qualquer sentido quando se analisa em maior profundidade as informações disponíveis, como foi o caso demonstrado neste texto que considera as informações do período entre 2012 e 2022. Adotando-se a abordagem da pobreza monetária desenvolvida pelo Banco Mundial, utilizou-se neste estudo o nível de renda como fio-condutor para entender a evolução da pobreza no Brasil e em Santa Catarina, especialmente durante o período pandêmico (2020-2022). Essa escolha metodológica, além de seguir os mesmos pressupostos de outros estudos sobre o tema, também se justifica pelo fato de não se dispor de recursos financeiros para desenvolver análises mais sofisticadas como as que fazem parte da abordagem da pobreza multidimensional.

Considerando-se as linhas de US\$ 6,85 e US\$2,15 utilizadas no país para mensurar a dimensão da pobreza e da extrema pobreza, analisou-se a evolução do nível da renda por meio ‘rendimento domiciliar per capita médio’, em ambos os casos (Brasil e SC). Inicialmente se observa que, em termos absolutos, o rendimento médio catarinense é maior do que o do conjunto do país, porém apenas esse indicador não é suficiente para apurar com maior propriedade a existência ou não de desigualdades de renda quando se utilizam outros recortes como sexo e cor, por exemplo.

Guardadas as devidas proporções, pode-se afirmar que o estado catarinense também segue exibindo a tendência estrutural das desigualdades nacionais, especialmente quando se considera os temas sexo e cor para analisar o retrato fiel da distribuição de renda. Em 2022, por exemplo, considerando-se apenas o recorte por sexo, verificou-se que as mulheres em catarinenses ganhavam -4,72% a menos do que homens (no Brasil esse patamar era de -4,32%), indicando que o diferencial de rendimento por gênero em SC era maior que do conjunto do país. Porém, quando as análises recaem somente sobre o recorte por cor, as pessoas de cor preta, parda e parda ou preta ganhavam aproximadamente 30,69% menos do que homens e mulheres de cor branca (no Brasil esse percentual era de -44,68%).

Quando se realiza o cruzamento simultâneo dos dois recortes (sexo e cor), verifica-se que a situação das mulheres é ainda mais complicada, uma vez que as mulheres pretas ou pardas, tanto no Brasil como em Santa Catarina, são duplamente penalizadas.

Tomando-se o ano de 2022 com referência, nota-se que o rendimento das mulheres brancas em SC foi -4,12% inferior ao dos homens brancos (no Brasil esse percentual foi de -4,31%). Já o rendimento das mulheres pretas ou pardas foi -10,19% menor em relação ao de homens pretos ou pardos (no Brasil esse percentual foi -7,54%).

Do ponto de vista da pobreza monetária, as informações sobre o nível de rendimentos qualificam a dimensão desse fenômeno social, tanto no estado de Santa Catarina como no conjunto do país. No caso do estado catarinense, embora mantenha uma das menores taxas de incidência de pobreza do país, observou-se que ao final de 2022 existiam 948 mil pessoas classificadas nessa condição social, significando que 12,8% da população catarinense se encontrava nessa situação. Como vimos anteriormente, as desigualdades estruturais de rendimentos – tanto de gênero como de cor - podem explicar, em grande medida, a existência e a continuidade dessa situação que afeta uma parcela expressiva da população, a qual não pode ser menosprezada, especialmente pelas autoridades públicas.

Além disso, é necessário considerar, também, que durante a pandemia a quantidade de pessoas que figuravam na condição de extrema pobreza em Santa Catarina atingiu o patamar de 174 mil pessoas em 2021, grande parte delas afetadas pelo desemprego, pela redução da renda e pela falta de continuidade de programas sociais governamentais. Ainda que em 2022 essa quantidade sofresse ligeira redução, é importante registrar que esse patamar continua muito acima daquele verificado em 2014 quando apenas 63 mil catarinenses se encontravam nessa condição social de extrema pobreza. São exatamente esses dados e esse processo que não podem ser ignorados por parte das autoridades públicas, mesmas que estas ainda se encontrem embebedadas pelo discurso do “estado de excelência”, expressão que procura esconder determinadas mazelas sociais como acabamos de apresentar nesse estudo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. J., SOUZA, P. H. G. F. de, SOARES, S. S. D.. **Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza**, Rio de Janeiro (RJ): IPEA (Texto para Discussão n.1620), nov., 2020. Disponível: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10306>>.

CAMPANA, S., ALEXANDRE, K. S., PACKER, B. **Existe forma adequada de medir a pobreza? Notas sobre o debate de definição e mensuração da pobreza.**

Florianópolis: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, CSE-UFSC, 2023. (Texto para Discussão, n. 55). Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/td-055-2023-existe-forma-adequada-de-medir-a-pobreza-notas-sobre-o-debate-de-definicao-e-mensuracao-da-pobreza/>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

CGU-CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Relatório de Avaliação 1094221**. Escopo: Ações relacionadas ao pagamento dos Auxílios Emergenciais no período de 16.04.2020 a 31.12.2021. Disponível em: <<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1155040>>. Acesso em 04 abr. 2024.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/12/sis-ibge-2023.pdf>>. Acesso: 2 abril 2024.

LIMA, A. L. M. de. **Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza**. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19805/1/Tese%20Ana%20Luiza%20Machado%20de%20Codes%20Lima.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MATTEI, L. Evolução da Pobreza em Santa Catarina durante a pandemia. In: Mattei, L. (org.). **O legado econômico e social da COVID-19 no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2022, p. 353-374.

MATTEI, L. Pobreza e política de desenvolvimento territorial: noções, metodologias de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema. In: Miranda, C, Tiburcio, C.(Orgs.) **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**, Brasília: IICA, 2013 (Série desenvolvimento rural sustentável; v.19), p.89-124. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B3343p/B3343p.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

NERI, M. C. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada**, Rio de Janeiro, FGV Social, 2020. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Covid&Trabalho-Marcelo_Neri-FGV_Social.pdf>.

SILVA, O. M. P. da, PANHOCA, L.A contribuição da vulnerabilidade na determinação do índice de desenvolvimento humano: estudando o estado de Santa Catarina. **Ciênc. saúde coletiva** 12 (5), Out 2007, Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/cSkLcY7WnPMr3X38qSKxmCp/#>>. Acesso em: 03 ago. 2023.